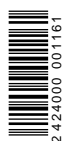


Quinta-feira, 16 de novembro de 2017

I Série
Número 67



BOLETIM OFICIAL



ÍNDICE

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Ordem do dia:

Ordem do dia da Sessão Plenária de 23 de Outubro de 2017 e seguintes. 1378

Resolução n.º 55/IX/2017:

Cria uma Comissão Eventual de Redacção. 1378

Resolução n.º 56/IX/2017:

Prorroga o prazo para a realização do Inquérito Parlamentar, constituído ao abrigo da Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de Abril. 1379

Resolução n.º 57/IX/2017:

Altera a Resolução n.º 123/V/99, de 21 de Junho, que regulamenta o subsídio de deslocação dos Deputados, previsto no número 1 do artigo 17.º da Lei n.º 35/V/97, de 25 de Agosto, que aprova o Estatuto dos Deputados. 1379

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto legislativo n.º 2/2017:

Procede à primeira alteração ao Decreto-legislativo n.º 1/2009, de 27 de abril, que aprova a Lei dos Direitos de Autor. 1379

CHEFIA DO GOVERNO:

Retificação:

Ao Decreto n.º 7/2017, de 15 de novembro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 66/2017, I Série, de 15 de novembro. 1384

MINISTÉRIO DA SAUDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:

Portaria n.º 42/2017:

Aprova o modelo de receita renovável, a ser utilizado em situação de utentes portadores de doenças crónicas e/ou incapacitantes, devidamente diagnosticadas, nos termos determinados pelo prescriptor, assim como as regras da sua prescrição. 1385

Portaria n.º 43/2017:

Aprova o modelo de receita de controlo especial, destinado exclusivamente à prescrição de medicamentos contendo substâncias psicotrópicas, estupefacientes, anabolizantes e outras, sujeitas a controlo específico e, ainda, as regras para a sua prescrição, dispensa, controlo, registo do receituário e comunicação. 1389

Resolução n.º 56/IX/2017

de 16 de novembro

Tendo em consideração que o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Novo Banco para a realização da sua missão definida na Resolução n.º 33/IX/2017, se mostrou insuficiente,

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea g) do artigo 180.º da Constituição, a seguinte Resolução.

Artigo 1.º

Prorrogação de Prazo

1. É prorrogado por um período de sessenta dias o prazo inicial concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Novo Banco, para a realização dos seus trabalhos.

2. O prazo referido no número anterior conta a partir da data da entrada em vigor da presente resolução.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 25 de outubro de 2017.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício,
Austelino Tavares Correia

Resolução n.º 57/IX/2017

de 16 de novembro

Artigo 1.º

Objeto

A presente resolução visa alterar a Resolução n.º 123/V/99, de 21 de Junho, que regulamenta o subsídio de deslocação dos Deputados, previsto no número 1 do artigo 17.º da Lei n.º 35/V/97, de 25 de agosto, que aprova o Estatuto dos Deputados.

Artigo 2.º

Alteração da Resolução n.º 123/V/99, de 21 de Junho

O artigo 8.º, o número 4 do artigo 9.º e o número 3 do artigo 10.º da Resolução n.º 123/V/99, de 21 de Junho, alterada pela Resolução n.º 28/VIII/2011, de 16 de agosto, pela Resolução n.º 39/VIII/2011, de 26 de dezembro, pela Resolução n.º 87/VIII/2013, de 27 de janeiro e pela Resolução n.º 122/VIII/2015, de 4 de março, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 8.º

Visita ao círculo eleitoral

Para efeitos da presente Resolução, é fixado, para cada Deputado, um máximo de dez visitas ao círculo eleitoral fora da localidade da sua residência, sendo a duração global, por ano, de setenta dias.

Artigo 9.º

Deputados pelos círculos da emigração residentes em Cabo Verde

1. (...)

2. (...)

3. (...)

4. O Deputado eleito pelo círculo da emigração tem direito a um máximo de seis visitas ao respectivo círculo eleitoral, sendo a duração global, por ano, de cinquenta dias.

5. (...)

6. (...)

Artigo 10.º

Deputados pelos círculos da emigração não residentes em Cabo Verde

1. (...)

2. (...)

3. O Deputado eleito pelo círculo da emigração tem direito a um máximo de seis visitas ao respectivo círculo eleitoral, sendo a duração global, por ano, de cinquenta dias.

4. (...)

5. (...)

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.

Aprovada em 27 de outubro de 2017.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Jorge Pedro Maurício dos Santos*

—o—

CONSELHO DE MINISTROS

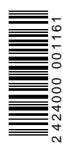
Decreto-legislativo n.º 2/2017

de 16 de novembro

Pelo Decreto-legislativo n.º 1/2009, de 27 de abril, foi aprovado o quadro jurídico de proteção das obras literárias, artísticas e científicas e dos direitos dos respetivos autores, artistas interpretes ou executantes, produtores de fonogramas e de videogramas e dos organismos de radiodifusão, e estimula a criação e a produção do trabalho intelectual na área da literatura, da arte e da ciência, designado por Lei dos Direitos de Autor.

Face às novas realidades tecnológicas e à necessidade de adaptação aos tratados internacionais em matéria de direitos de autor, tais como o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre Direito de Autor (TODA), o Tratado OMPI sobre Interpretação ou Execução e Fonograma (TOIEF), O Tratado de Pequim sobre Interpretações Audiovisuais (BTAP) e o Tratado de Marraquexe, que facilita o acesso ao texto impresso às pessoas com incapacidade visual ou outras dificuldades, torna-se imperioso proceder à atualização da mencionada Lei dos Direitos de Autor.

Sublinhando o mérito da atual lei ao prever uma norma de definições legais dos conceitos nela utilizados, considera-se benéfica a uniformização de todos os conceitos explicitados nesta lista como os respetivamente utilizados no articulado.



2424000 001161